

arma em casa que a entregue – foram entregues à Polícia Federal 470 mil armas.

Normalmente, uma arma deve ser municada, e foram entregues em uma campanha voluntária 470 mil armas para serem destruídas – é bem verdade que até agora me parece que poucas foram destruídas –, mas o fato curioso é que não foi entregue nenhuma munição.

Há documentos que comprovam que o Exército Brasileiro, encarregado de efetuar a destruição dessa munição, não destruiu uma munição sequer.

Pergunto alto e bom som ao Delegado Segóvia ou a quem de direito da Polícia Federal por que nenhuma munição foi destruída. E os convênios feitos com a Polícia Federal e algumas ONGs que recolheram do cidadão de bem armas que estavam guardadas? Onde está a munição?

Destruíram algumas armas, mas, pelo que sei, só foram destruídas espingardas velhas, chumbeiras. Quando a Rede Globo de Televisão mostrou imagens na sua campanha, eu só vi espingarda velha. Não vi uma pistola 9 milímetros, um revólver calibre 38 novo, só vi coisas velhas.

Agora, com a palavra o Ministério da Justiça. Já apresentei expediente na CPI do Tráfico de Armas no sentido de que alguém venha explicar o fato. Não se pode dizer agora que as armas foram entregues sem munição. Eu já ouvi vários depoimentos de pessoas que entregaram suas armas em virtude da campanha pelo desarmamento, mas que entregaram munição à parte.

A Polícia Federal recebeu as armas e as munições. Pergunto de novo: onde estão as munições? Quem fez o convênio? Quem armazenou essa munição? Alguém precisa dar uma explicação.

Fiz o convite ao Ministro da Justiça para que venha explicar essa questão na CPI do Tráfico de Armas, mas me parece que até agora não se marcou uma data.

Peço ao Ministro da Justiça que acione a Polícia Federal, que precisa dizer onde guardou essas munições, porque, senão, todos nós vamos chegar à triste conclusão de que alguém ficou com essa munição.

Vamos supor que cada pessoa que entregou sua arma tenha levado, no mínimo, 1 munição. Estamos falando de 470 mil cartuchos. E é claro que ninguém municia uma arma com apenas 1 munição.

Portanto, Presidente, com a palavra o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, porque as pessoas que entregaram arma por acreditar na campanha precisam receber também o pagamento prometido.

Até hoje há pessoas que não receberam a indenização, o que caracteriza um calote.

Graças a Deus, a proibição do comércio de armas de fogo não foi aprovada, mas deixo registradas essas 2 questões gravíssimas.

Vou até o fim, pois quero saber onde está a munição, e a Polícia Federal e o Ministro da Justiça precisam explicar isso à sociedade. Quem entregou a arma voluntariamente entregou munição. Quero saber onde está a munição – repito.

A Polícia Federal e o Ministro da Justiça precisam dar explicações para a sociedade – quem entregou arma voluntariamente, entregou munição. Quero saber onde está a munição, porque o Exército diz que não destruiu um cartucho sequer. Se não destruiu, alguém engoliu a munição.

Com a palavra o Ministro da Justiça e o Superintendente da Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro) – Muito obrigado, Deputado Alberto Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro) – Registramos que estão presentes no plenário os alunos da Escola Classe da 106 Norte, de Brasília.

Agradecemos-lhes a visita e sugerimos que façam o reconhecimento da Casa de Leis do País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Valverde, do PT do Estado de Rondônia.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os nossos visitantes, a juventude, pessoas do povo que comparecem à Câmara dos Deputados, à Casa do povo.

Gostaria de falar aos que estão presentes e aos que estão nos assistindo pela *TV Câmara* sobre tema que talvez deva ser bem enfatizado nesse período eleitoral: a democracia representativa.

A democracia é feita de representação. Vivemos em um país em que a democracia é representativa, em que o povo governa por meio de seus representantes. Pergunto: como esses representantes serão escolhidos e representarão a vontade do povo na Câmara dos Deputados?

Sr. Presidente, represento o Estado de Rondônia – um abraço aos meus conterrâneos –, que também teve escândalos na sua vida política. No ano passado, a população brasileira, por meio do programa *Fantástico*, assistiu a diversos Deputados Estaduais tentando extorquir benefícios pessoais do Governador do Estado de Rondônia. Talvez seja um exemplo de várias outras Assembléias Legislativas do Brasil aquela

relação de fisiologismo entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Recentemente, houve escândalos na esfera legislativa federal. Estamos investigando inclusive o escândalo dos sanguessugas. Parlamentares se utilizaram do poder de que dispõem e traficaram influência para fazer com que algumas licitações fossem direcionadas a empresas que vendem ambulâncias.

Também há pouco, o Tribunal de Contas da União divulgou uma lista com o nome de 2.900 pessoas que exerceram cargo público no passado e que foram condenadas por improbidade administrativa, por não-aplicação correta de recursos públicos. Então, a sociedade está um pouco descrente dos políticos. Não sabe em quem votar, em quem depositar seu voto, quem escolher para ser seu representante nas esferas de Governo, a fim de que se possa governar indiretamente da maneira como o eleitor entender que deve ser um bom governo. Talvez seja este o grande dilema da sociedade contemporânea: como aproximar a sociedade do Estado? Como fazer com que haja simbiose positiva entre Estado, Governo e sociedade?

Norberto Bobbio, em diversas obras, pontua certo desconforto entre a sociedade e o Estado e até uma dicotomia: quanto mais o Estado torna-se democrático, mais amplia a participação no Governo, e, quanto mais a sociedade se sente cidadã, mais demanda, mais se sente dependente de uma ação maior do Estado. E, como há uma lacuna entre aquilo que o Estado pode oferecer e aquilo que a sociedade deseja que seja oferecido, há insatisfação, cansaço com a democracia representativa.

Junte-se a isso o problema da corrupção, que acaba dificultando o atendimento pelo Estado ao que a sociedade deseja que seja feito. Então, há insatisfação pela demora e há dificuldade de o Estado cumprir seu papel.

Talvez a essência do Estado seja a de um instrumento de pacificação social, de paz social, instrumento de equilíbrio da sociedade, de equalização das diversas forças que compõem a sociedade; de promotor da Justiça, garantidor de que os direitos individuais não sejam desrespeitados pelos grupos mais fortes.

Então, se o Estado descumpre esse papel, obviamente, isso leva a insatisfações e, embora uma democracia possa conviver com insatisfações, ela não convive de maneira harmônica com as desigualdades.

A sociedade brasileira escolherá este ano novamente seus representantes. É necessário que façamos uma avaliação do porquê temos chegado a esta situação de insatisfação precoce.

O Brasil passou durante sua vida republicana por longos períodos de ditadura, tanto civis como mi-

litares, regimes de exceção, quando havia democracia restrita. É óbvio que essa restrição não produziu uma cultura democrática, do bem público, nem republicana, da coisa pública. A história monarquista brasileira incutiu-nos a cultura do patrimonialismo, o Estado a serviço de poucos, o Estado como instrumento de poucos, quando a coisa pública não se confundia com a coisa privada.

O período republicano e os avanços democráticos ocorridos ao longo desse tempo, interrompidos durante 50 anos, praticamente, deixaram uma lacuna na trajetória para a verdadeira democracia e o verdadeiro espírito republicano do Estado.

A população perdeu alguns referenciais e se sente insatisfeita. A Europa, por estar construindo o Estado contemporâneo por mais de 500 anos, talvez tenha essa insatisfação não precoce, mas o Brasil tem gerado insatisfações precoces na sociedade. Isso é muito perigoso, é preocupante. Por que temos precocemente gerado insatisfações com a democracia?

Tento buscar alguns paradigmas importantes. Aponto como um deles a nossa legislação eleitoral, que ainda é atual. Embora com algumas modificações vindas da década de 90, ainda mantém muito do que foi herdado do período da ditadura militar – eleições proporcionais, eleições majoritárias. Apesar de termos alcançado o pluripartidarismo, com a reforma política do final da década de 90, os partidos brasileiros não são nacionais. Têm siglas nacionais, mas os interesses locais são superiores aos nacionais. Temos hoje grandes legendas, como o PMDB, por exemplo, mas falta liderança nacional. O fato de diversos partidos nacionais, como o PFL, não terem candidatos nacionalmente competitivos é falta de projeto político nacional dos partidos. Há lideranças locais, de feudos locais, talvez oriundos daquele modelo regionalista do Estado Velho, e essa legislação é oriunda da falta de construção partidária que expresse a vontade nacional. A lei eleitoral é isso. E há descompasso entre o eleitor e o eleito, entre o representante e o representado. O representante, nesta Casa, não representa o interesse do eleitor, daquele grupo socialmente organizado, porque esse representante não se organiza num partido que tenha política nacional.

Esse ponto é o que podemos apontar como a primeira dificuldade de construção dessa identidade política brasileira.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ – Nobre Deputado Eduardo Valverde, parabenizo-o por trazer tema não muito abordado no Congresso Nacional, quando todos nós deveríamos discuti-lo. A história política do País é o

nosso amadurecimento democrático. Enganam-se aqueles que pensam que estamos com a democracia já resolvida, plena. Não, ainda estamos amadurecendo o processo democrático, haja vista que no período da ditadura castraram-se as lideranças e não se formaram outras. O País carece de lideranças praticamente em quase todos os segmentos, e não somente no campo político. O período da ditadura atrasou o País, pois durou muito. Tenho um compromisso agora, mas vim aqui parabenizá-lo e dizer que gostaria que este aparte fosse incorporado ao pronunciamento de V.Exa. Devemos voltar a debater o tema porque esta é a Casa do debate. Todos deveríamos estar discutindo juntos para fortalecer o processo democrático. Por isso, interrompendo-o por alguns minutos, quero dizer que concordo com V.Exa.. Conte comigo se quiser ampliar este debate, com o objetivo de chamar a atenção para o fato de que esta é a principal Casa do País para esse tipo de debate. Parabéns.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Obrigado, Deputado Edinho Bez, por suas palavras elogiosas. É um sentimento único. Há Deputados conscientes da situação do País que querem construir novos paradigmas na prática política. Agradeço a V.Exa. a intervenção e a incorporo ao meu discurso.

Sabemos que, na legislação partidária, há dificuldades e fragilidades. E esta legislação partidária, apesar de ter incorporado a fidelidade partidária, esta foi incluída de maneira ineficaz, porque hoje os mandatos não são dos partidos, mas das pessoas, dos candidatos. Caso se estabeleça na legislação eleitoral, amparado no dispositivo constitucional, que há fidelidade partidária, pressupõe-se que aquele que se filiou àquele partido e se elegeu por ele comungue com seu ideário, com sua concepção de Estado, de modelo econômico, com sua concepção, enfim, nos diversos temas que compõem os interesses da sociedade e do Estado. Esta é a função do partido político, ser uma escola, formulador de idéias, de projeto de chegada ao governo.

A partir do momento em que o partido serve tão-somente para abrigar candidaturas, logo após o processo eleitoral, há uma desvinculação tácita entre o eleito e seu partido. Certamente, aquele ideário difundido na campanha eleitoral acaba não sendo responsabilidade do eleito por esse ideário, devido à separação existente. Na verdade, os partidos políticos brasileiros acabam servindo, com raras exceções, meramente como casulo abrigador de candidaturas de pessoas que sequer comungam com a concepção político-ideológica que detém aquele partido político. Alguns deles sequer constroem dentro de si um ideário político-ideológico. A maioria deles, os pequenos, chamados nanicos, têm

estatuto e o manifesto que servem tão-somente para contemplar a legislação partidária, que manda registrar aqueles documentos no TSE. Não servem para mais nada, a não ser para fazer o mero registro cartorial do partido político.

Então, há fragilidade partidária, com raríssimas exceções, e há também um processo eleitoral que não retira da sociedade brasileira os melhores representantes, seja pela desvinculação com algum tipo de ideário, seja pela interferência muito forte do poder econômico, inclusive, do Estado nacional e da sociedade.

A sociedade não é composta de pessoas iguais. Em qualquer Estado nacional, a sociedade não é composta de corporações que têm equilíbrio nas suas relações de força e poder. Temos sociedades em desequilíbrio em todo o mundo. Por isso, faz-se necessário o Estado para reequilibrar aquilo que surge dentro da sociedade desigual, com poderes diferentes exercidos de maneira diversa. E, com isso, os mais fracos se sentem oprimidos como também aqueles que não estão organizados. O poder econômico, o poder da mídia, enfim, os diversos poderes se instalam numa sociedade democrática, ampla, que necessita de um Estado para regular. E aí temos os diversos conceitos de Estado. O meu é aquele de Estado socialista, que busca a igualdade das diferenças entre crenças, raças e gêneros, as multifacetadas relações sociais que tem o Estado contemporâneo.

Então, é óbvio que dentro desse contexto sociopolítico em que estamos inseridos, o eleitor que assiste a esta sessão neste momento talvez sinta grande dificuldade para fazer a sua escolha. Não digo em relação à campanha presidencial – talvez essa seja a mais fácil para o eleitor.

O Presidente Lula apresentou projeto de governo em 2002, venceu as eleições e executou esse programa. Então, ele pode ser comparado ao candidato da Oposição, o Sr. Geraldo Alckmin, que provém de um contexto político que governou este País por 8 anos. Então, o eleitor poderá comparar os feitos de sua administração, quando Governador do Estado de São Paulo e quando integrante de uma corporação política chamada PSDB e PFL. Porém essa não será a grande dificuldade. O eleitor sentirá grande dificuldade em escolher o seu Deputado Estadual, o seu Deputado Federal.

Nas campanhas regionais, muitas vezes as questões nacionais não são percebidas como a ponte de que necessita a comunidade, a escola, o posto de saúde, ou uma cooperativa que se organiza e tem dificuldade com a produção, ou com o fato de que o produto que ela vende acaba não tendo preço no mercado local.

Como fazer com que esse eleitor regional, num país continental, com dificuldades de informação e de comunicação, o eleitor lá do interior do Estado de Rondônia, lá do Distrito de São Carlos, que fica a 4 horas de voadeira ou um dia de barco chamado gaiola, da Capital, Porto Velho, que sequer tem acesso à Internet ou a uma emissora de rádio ou de televisão, possa nos ouvir? Ouve-nos neste momento quem é abonado e tem em sua casa uma antena parabólica.

Então, como esse eleitor fará a sua decisão? Em face desse contexto, o eleitor vai decidir por quem lhe oferecer maior vantagem material naquele momento. Aí é que entram as distorções na nossa eleição representativa.

No Brasil não temos voto distrital. Vários partidos lançam vários candidatos. Há pulverização de candidaturas em que o eleitor não percebe a identidade político-ideológica. Como o eleitor que não tem nenhum tipo de informação pode saber quem são os 2.900 agentes do Estado condenados pelo Tribunal de Contas ou os 50 ou 174 Deputados Federais que tiveram seus nomes incluídos na relação dos sanguessugas? Enfim, aqueles Parlamentares que de uma forma ou de outra têm seu nome envolvido em algum escândalo? Como esse eleitor fará essa distinção?

Falei anteriormente que a opção é feita pela pior prática política que pode haver numa democracia, a relação assistencial. A relação política defendida neste Parlamento é abstrata, porque o povo não vê o resultado de imediato.

Formular uma concepção de poder, uma concepção de Estado, é algo abstrato, para que o cidadão possa saber que representante ele terá dentro desse Estado que formulará a sua opinião nessa máquina de governo. Se o eleitor não consegue perceber isso, vai votar em quem está mais próximo dele e passa a manter com ele uma relação assistencial. Ele troca o seu voto por uma telha; outro eleitor, por uma dentadura ou uma camiseta bonita ou uma promessa de emprego. É essa a relação mais próxima que tem o eleitor dos diversos rincões brasileiros.

Falo dos centros urbanos aculturados, das regiões periféricas do País, dos rincões distantes em que a televisão e o rádio ainda são peças inacessíveis para muitos. E são esses rincões que trazem para esta Casa centenas de representantes.

Como um Parlamento, que é a expressão da vontade popular, pode se fortalecer, quando a base dessa relação política não é correta nem é construída em cima de um ideário, em cima de princípios, mas, sim, em cima de uma relação assistencialista de momento? É óbvio que esse representante não pode representar aquele segmento.

Como se diz no jargão popular, o eleitor vendeu o seu voto. Não há nenhuma relação com mais ninguém, a não ser naquele momento em que ele foi lá, pediu o favor e trocou pelo voto.

Não podemos culpar esse cidadão de ter errado, porque é a única referência a que teve acesso. Era o único paradigma que ele tinha. O candidato foi até a sua casa, trouxe uma telha. Daí ele diz: *“Esse candidato foi o único que veio até aqui, ao Distrito de Calama, em Porto Velho, e me trouxe algo que eu posso pegar, que eu posso olhar”* – mesmo que o caráter desse cidadão não seja dos melhores.

Ouçó, como prazer, o Sr. Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO – Quero cumprimentar V.Exa. pelo brilhante pronunciamento e por expor, desta tribuna, importante tema. O Brasil precisa entender um pouco as modificações na Lei Eleitoral. V.Exa. falava muito bem da importância do próximo Parlamento para a sociedade. E nem todos estão sabendo que há projeto nesta Casa, aprovado pela Comissão e que provavelmente será votado ainda este ano, que estabelece que o próximo Parlamento a ser eleito vai fazer a revisão da Constituição de 1988. Portanto, o próximo Congresso poderá fazer cair por terra muitos direitos adquiridos pelos trabalhadores com a Constituição de 1988. Então, vejam V.Exas. a importância que tem o voto nessas eleições também para o Parlamento. V.Exa. muito bem se referiu à compra de votos. E eu sempre tenho dito que o mais importante é o caráter, a dignidade da pessoa, porque no momento em que o eleitor vende o seu voto ele está vendendo a sua cidadania. A compra de voto é assunto muito sério, que tem de ser rigorosamente discutido pela Justiça. E muito grave o fato de termos aqui Deputados que representam determinado segmento da sociedade muitas vezes eleitos por possuírem dinheiro. E a nova Lei Eleitoral aprovada não limita os gastos de campanha aqui defendidos por nossa bancada. V.Exa. está de parabéns pela escolha do tema.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Obrigado, Deputado Adão Pretto, pelo aparte. V.Exa. foi eleito pelos movimentos sociais que lutam pela terra. Vou citar o seu exemplo nessa vinculação orgânica entre o representante e o representado. Talvez isto fosse o ideal. Não que aqui tivéssemos uma assembléia ou um parlamento corporativo, mas essa vinculação entre o eleitor e o eleito.

Esse tipo de relação construída ao longo de uma história, em cima de compromissos assumidos entre o eleito e seus eleitores numa sociedade organizada é que faz com que haja identidade política e que o Parlamento sirva para expressar a vontade política do povo brasileiro.

A partir do momento em que aqui tivermos tão somente os chamados Deputados *outsides*, Deputados que provêm do nada, que não têm identidade com ninguém, a não ser com seu interesse pessoal ou de algum grupo econômico, muitos serão eleitos em função dos interesses da bancada ruralista; outros, em função dos interesses da indústria farmacêutica ou dos meios imediatos de comunicação. E os que serão eleitos pelos quilombolas, e os que poderão ser

eleitos pelos trabalhadores rurais sem terra? E os que serão eleitos pelas donas de casa que lutam por aposentadoria, e os que serão eleitos pelas populações indígenas? Serão poucos. Ou aqueles que poderão ser eleitos dentro de uma sociedade que construiu com esse representante um ideário?

É óbvio que temos de aperfeiçoar a nossa democracia representativa. Porque os escândalos com os quais temos atualmente convivido não são conjunturais, não aparecem de tempo em tempo. Representam, na essência da estrutura, aquilo que formatou o Estado brasileiro., a não-transparência dos atos de Governo.

Apesar dos avanços da administração do Presidente Lula, que fortaleceu a CGU, ainda temos uma falha genética no Estado nacional que tem de ser alterada. E quem vai alterar isso aí? Primeiro, o eleitor, que vai ter a difícil responsabilidade de escolher corretamente o seu candidato, sabendo que terá de superar muitas coisas, entre elas a falta de informação, a falta de cultura democrática e partidária. Também, nós, representantes do povo, apesar de termos hoje uma representação distorcida, porque socialmente a maioria aqui é minoria lá fora, e a minoria aqui dentro é a maioria lá fora.

Então, no Parlamento brasileiro, deve haver a autocrítica necessária, até para fazer verdadeiramente um acerto de contas com o passado, com a história de uma República não consolidada. Trazemos ainda na nossa República um pouco da casa grande, um pouco da senzala, um pouco da monarquia. Então, temos um pouco do passado.

Se queremos ter a perspectiva de um Estado democrático, pluricultural e pluriétnico, onde as relações de classes sociais se dêem em patamares estabelecidos pelo marco civilizatório de respeito às liberdades individuais e aos direitos humanos, onde o Governo possa expressar a vontade não de uma maioria ocasional, mas de um todo que se organize dentro de uma sociedade livre, esse é o acerto de contas que nós – Parlamentares, legisladores – temos de encaminhar, apesar das nossas divergências ideológicas e pessoais. Caso contrário, perpetuaremos essa prática, e as futuras gerações terão sobre nós uma opinião que talvez não nos coloque nos manuais da história como aqueles que fizeram a diferença neste País.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Valverde, o Sr. Fernando Ferro, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Michiles, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. ADÃO PRETTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Michiles) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero anunciar que, na última segunda-feira, coordenei uma audiência pú-

blica, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no Município de Nonoai, com os atingidos da barragem de Foz de Chapecó.

Essa hidrelétrica vai causar o maior impacto social da América Latina. Mais de 3.500 famílias, em torno de 15 mil pessoas, terão as propriedades inundadas. A obra vai atingir 15 Municípios dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e será construída entre os Municípios de Alpestre, no Rio Grande do Sul, e de Águas de Chapecó, em Santa Catarina, para gerar 855 megawatts.

Os agricultores reivindicam simplesmente que não comecem a obra da barragem antes de fazerem o assentamento das famílias em outra região. Primeiro, faz-se a obra, a barragem e, somente quando o lago está enchendo, vai-se tratar das famílias. Os agricultores reivindicam que seu problema seja tratado primeiro e depois se inicie a obra. A população atingida pela obra é composta por famílias de pequenos agricultores, meeiros, arrendatários, pescadores, professores e pequenos comerciantes. Ou seja, Sr. Presidente, a classe trabalhadora mais carente e sofrida do nosso País.

Queremos fazer esse apelo para o nosso Governo, as nossas autoridades, a fim de que tomem providências para evitar um conflito. Os agricultores não querem conflito, mas não vão permitir que a obra seja iniciada sem serem atendidos seus legítimos direitos.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a publicação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – V.Exa. terá seu pedido atendido.

Durante o discurso do Sr. Adão Pretto, o Sr. Humberto Michiles, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Valverde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) – Tem V.Exa. a palavra por 3 minutos.

O SR. HUMBERTO MICHILES (PL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dia 25 de junho passado, o Município de Maués, tradicional pelas suas lideranças políticas, reconhecido por suas belezas naturais, sobretudo pelo guaraná, cujo manuseio e aproveitamento foi descoberto pelos índios sateré-maué, completou 173 anos.

Entre os atos e eventos alusivos à comemoração da data, registro o lançamento do livro *Maués: Terra, Gente e Memória*, uma pesquisa elogiada e meritória realizada pelo ex-Deputado Federal Rafael Faraco, também filho do Município de Maués. Esse livro vem preencher a lacuna do reconhecimento e do registro perene das pessoas que ajudaram na construção do Município.